

Tradição e modernidade: reflexões sobre intelectuais e circulação de ideias no período da neocrisandade no Brasil

Tradition and modernity: reflexions about intellectuals and ideas circulations in the period of neo-Christianity in Brazil

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

*Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP
anapaulabarcelos@gmail.com*

Jefferson de Almeida Pinto

*Professor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gérias – Campus Juiz de Fora
jefferson.pinto@ifsudestemg.edu.br*

Resumo: O artigo analisa o período da chamada reconciliação entre Igreja e Estado no Brasil, iniciado na década de 1920, com enfoque na atuação de intelectuais influenciados pelas ideias religiosas ao tempo do chamado neotomismo. Destacamos a inserção intelectual dos campos jurídico e historiográfico, considerando-se suas relações recíprocas. Nosso objetivo é, além de buscar uma síntese interpretativa, refletir sobre a conjugação entre tradição e modernidade no início do século XX e a força da recuperação do catolicismo após os primeiros anos de maior tensão com o positivismo. Concluimos que a atuação de intelectuais católicos foi uma ação estratégica cujos reflexos incidiram sobre a formação da identidade nacional e a normatização social.

Palavras Chaves: Intelectuais, Catolicismo, Circulação de Ideias.

Abstract: The article analyses the period of so-called reconciliation between Church and State in Brazil, started in the 1920s, focusing on the role of intellectuals influenced by religious ideas at the time of Neo-Thomism. We emphasize the intellectual insertion of legal and historiographical fields, considering their mutual relations. We seek an interpretative synthesis and we aim to reflect on the combination of tradition and modernity in early 20th century, as well as on the strength of Catholicism recovery after the first years of tension with positivism. We conclude that the action of Catholic intellectuals was strategic and that it reflected on national identity and social rules.

Keywords: Intellectuals, Catholicism, Ideas Circulation.

Introdução: publicações, circulação de ideias e neocristandade no início do século XX

Atualmente, um olhar mais detido sobre a relação entre culturas política e religiosa tem se demonstrado de grande relevância para pensar a reestruturação do Estado sob a forma republicana e a construção da chamada modernidade no Brasil. Contudo, pensar a história política brasileira a partir da cultura religiosa exige olhar apurado e esforço interpretativo. Neste sentido, a abordagem a partir dos processos de circulação de ideias e apropriação cultural é de grande auxílio no entendimento dos referenciais teóricos e ideológicos que envolvem intelectuais, políticos e as políticas públicas por eles pensadas. Conforme defende Carlo Ginzburg (2004), as ideias se encontram em constante movimento e os homens produzem conhecimento em diálogo com seus pares. Portanto, para compreender a geração de intelectuais que analisaremos neste texto, partiremos deste pressuposto teórico, buscando mapear as leituras que compuseram seu pensamento.

104

Nosso objetivo é identificar uma transição nas influências teóricas e ideológicas sobre intelectuais do campo jurídico e historiográfico, ocorrida a partir da década de 1920, de forma a pensar a força das ideias religiosas nos mesmos. Refletimos acerca da modernidade construída no Brasil desde o final do século XIX a partir de um vínculo com a tradição que não se perdeu com a República e o predomínio do positivismo. Por mais que houvesse a ruptura entre Igreja e Estado, a cultura religiosa permanecia influenciando o olhar de muitos intelectuais sobre a sociedade e foi retomada com intensidade durante a construção da chamada neocristandade, nos anos 1920, 1930 e 1940. Traçamos, assim, um breve panorama das ideias políticas e religiosas que circulavam pelo Brasil na passagem à modernidade.

No que se refere à relação entre intelectuais e o catolicismo aqui abordada, é preciso pensar aqueles que escreveram sobre a história da Igreja no Brasil e os principais veículos de publicização destes escritos no transcorrer dos séculos XIX e XX. Para além disto, sugerimos o mapeamento de intelectuais estrangeiros católicos que serviram de referência para estes homens que pensaram o direito e a história no Brasil - campos de conhecimento muito próximos ainda no início do século XX -, em especial no período considerado de reconciliação entre Igreja e Estado, a partir da década de 1920.

Nesta conjuntura, a Igreja se utilizou de diferentes estratégias na aproximação com a intelectualidade a fim de recuperar o espaço político e institucional perdido com a instauração da República. Se, por um lado, como aponta Roberto Romano (1979), a autonomia alcançada com o fim do padroado e das pretensões regalistas do campo político imperial foi vista com otimismo, por outro era preciso se fortalecer na nova realidade já posta. A mobilização de intelectuais que falariam em prol da Igreja, inserindo-se em diferentes esferas, acabou se tornando um caminho eficaz que contribuiu amplamente para a reconciliação entre Igreja e Estado, como veremos melhor adiante. A criação da revista *A Ordem*, em 1921, por Jackson de Figueiredo, influenciado pelo movimento antirrevolucionário europeu, se constitui em uma destas estratégias, pensadas como meio de formar um corpo intelectual capaz de difundir com relativa primazia uma história da Igreja no Brasil.

No rastro do movimento reformista iniciado com a carta pastoral do bispo de Pernambuco dom Sebastião Leme¹, em 1916, que chamou a atenção do clero para as inúmeras dificuldades que a Igreja brasileira vinha enfrentando, fossem elas financeiras ou quanto à própria formação clerical e vivência da religiosidade, a revista se tonou um importante espaço de sociabilidade para a intelectualidade católica e um instrumento de comunicação da Igreja com seus interlocutores (MAINWARING, 2004: 45). Muitos publicaram em suas páginas e passariam a tê-la em suas estantes como referência obrigatória. Entre eles, destacamos padres e líderes católicos como Leonel Franca, Jônatas Serrano, o próprio Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, bem como intelectuais católicos ligados ao direito e à história com diferentes graus de envolvimento com a religião, como Oliveira Viana, Pedro Calmon, Augusto Frederico Schmidt, Nelson Hungria, Gustavo Corção e o integralista Plínio Salgado.

Lembramos que *A Ordem* foi apenas mais um entre outros instrumentos de comunicação da Igreja. Embora não necessariamente impresso nas oficinas ou financiado por dioceses podemos identificar, já desde fins do século XIX, uma série de outros periódicos que faziam circular ideias ultramontanas e reagiam ao avanço das ideologias da modernidade oitocentista, defendidas, sobretudo, por maçons, liberais, republicanos, positivistas e, quando não, protestantes. No Rio de Janeiro, por exemplo, o jornal *O Apóstolo*² acabou assumindo esta função, ainda no período imperial, e as páginas de outros impressos, embora não exclusivamente católicos, acabavam se

¹ Mais tarde cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, a partir de 1921.

² Sobre o papel de *O Apóstolo* no âmbito das discussões religiosas do século XIX, ver PINHEIRO (2011).

tornando seu veículo, como eram os casos das “publicações a pedido” e seções de correspondência do *Jornal do Commercio*³, da Corte, que externavam os pontos centrais do conflito entre o poder espiritual e o temporal do século XIX. A este respeito, João Esberard, primeiro arcebispo do Rio de Janeiro, entre 1893 e 1897, assim se manifestava, nos anos 1870:

Lá vai passando um padre pelas ruas. Para ele se voltam os olhos, sobre ele se concentram todas as atenções.

Os maçons, encostados pelas portas, apontam cheios de indignação com o dedo para ele: - lá vai, exclamam, um padre escandaloso, concubinário, simoníaco, ignorante, completo ignóbil de todos os vícios: e é um homem destes que se assenta no confessionário, e que sobe ao púlpito e ao altar! E a autoridade eclesiástica nem sequer lhe dirige uma palavra de censura!

No dia seguinte, respondendo ao reclamo da moralidade publica ofendida, à dignidade da igreja ultrajada, à dor dos católicos indignados, a autoridade episcopal faz baixar um decreto retirando ao indigno as suas faculdades de confessor e pregador.

Mas, ó prodigiosa transformação: ó admirável metamorfose! Apenas sobre aquele padre caiu a justa sentença da autoridade competente, é ele exaltado e engrandecido por aqueles mesmos que ontem lhe não perdoavam os crimes e os vícios.

Que injustiça clamorosa! Exclamam então com fingida indignação, é um excelente e piedoso sacerdote mui sábio e ilustrado, mui virtuoso e caritativo, modelo e exemplar de todas as virtudes.

E seriam até capazes de exigir que a Santa Sé incontinenti lhe outorgue as honras supremas da canonização ainda mesmo sem milagres.

Tal é o desgraçado estado moral da nossa sociedade! (*Jornal do Commercio*, 11/05/1872: 2).

Talvez o fim do padroado e do beneplácito régio, instrumentos reguladores da relação Igreja e Estado presentes na Constituição de 1824, a partir da República, tenha contribuído para que esta comunicação por meio de periódicos viesse a se tornar mais eficiente. Presume-se que as dioceses e as congregações religiosas passaram a ter maior

³ O *Jornal do Commercio* publicava artigos de diferentes correntes ideológicas e políticas, não representando diretamente a Igreja. Destacamos aqui apenas o quanto ele era utilizado também por intelectuais católicos na divulgação de suas ideias.

liberdade para publicar seus boletins num tempo em que a “onda laicizante” batia a porta de inúmeros cristãos (PINTO, 2013: 296).

Ainda nos anos 1920, a Ação Católica, iniciada na Europa e expandida pelo Brasil em especial na década seguinte, fortalecerá este tipo de inserção social de forma a concretizar uma opção feita pela Igreja no contexto da proclamação da República. Opção esta consolidada, sobretudo, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934, qual seja, a de não formar um partido político, mas sim estar em todos eles⁴, exceto, por divergências ideológicas evidentes, no Partido Comunista do Brasil (PCB). Mais ainda, seguindo a orientação do Papa Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, a Igreja fortalece sua ação social, inserindo-se nos meios operários e reforçando seu espaço na educação e na assistência social⁵ (SOUSA, 2002).

A intelectualidade passa a ter papel fundamental neste processo e será convocada pela Igreja em sua recuperação. Não por acaso, no início da década de 1930, o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, auxiliado por Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete, reunirá um grupo de intelectuais e lideranças católicas ao seu redor, como Alceu Amoroso Lima, o padre Leonel Franca e o cardeal Sebastião Leme. Capanema aliou-se aos setores da Igreja e mediu a reaproximação com o Estado, formalizada na Constituição de 1934, na qual a primeira garantiu apoio político a Getúlio Vargas, alcançando, em troca, a aprovação das suas propostas à Constituição, entre elas o reavivar do ensino religioso nas escolas públicas.

Não obstante, estes homens estiveram também nas páginas diárias da imprensa brasileira, divulgando ideias e autores que defendiam a importância da Igreja para a formação sociocultural do Brasil, assim como o [pretensão] papel que esta teria na formação do campo educacional brasileiro desde os tempos coloniais, destacando-se, sobretudo, o trabalho dos inicianos frente à escolarização das sociedades indígenas. Entre estes autores, é perceptível a recepção das ideias de Gilbert Chesterton e sua defesa incansável de São Tomás de Aquino, santo católico mas, antes de tudo, doutor da Igreja e, portanto, uma referência para os intelectuais.

⁴ Uma profusão de editoras e publicações que teriam a função de fazer circular entre os católicos os livros da Ação Católica e de intelectuais e autores que se aproximavam do debate a favor da recuperação do lugar da Igreja na sociedade, no Estado e no coração dos intelectuais, a exemplo das Editoras Agir, Flamboyant e Vozes, esta última ligada aos franciscanos de Petrópolis. Ver: GARRONE, 1960.

⁵ Destacamos a ação dos Círculos Operários Católicos, da Juventude Operária Católica (JOC), da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC).

Desafios do tempo presente: a Igreja e sua resposta à modernidade

Para pensar os desafios da Igreja no contexto de construção da modernidade republicana, partimos das discussões de Reinhart Koselleck (2006) acerca das particularidades do tempo histórico. Afinal, para ele, há um tempo distinto do natural, que põe em relação de reciprocidade o presente, o passado e o futuro. Nele, os homens atendem às demandas do seu tempo a partir das reflexões e apropriações do passado, de modo a prognosticarem um futuro desejável. Estes prognósticos, concretizados ou não, produzem consequências no presente, envolvendo indivíduos e a ação política.

Neste sentido, podemos dizer que trabalhamos com três diferentes tempos históricos: nosso presente, o início do século XXI, no qual as ideias religiosas se apresentam cada vez mais fortes e se concretizam em bancadas religiosas de corte católico ou neopentecostal, com interferência direta nos processos eleitorais e nas políticas públicas; o início do século XX, no qual a Igreja Católica buscava recuperar-se em meio ao processo de secularização; e o século XIX, quando estavam postos os desafios das ideias laicas pós-revolucionárias e a Igreja procurava enfrentar e obstaculizar seus avanços.

Estes diferentes tempos se influenciam mutuamente e preenchem a modernidade com ideias e valores tradicionais não abandonados em sociedades de formação ibérica. Mesmo que Koselleck defenda um esvaziamento da ideia de história “mestra da vida” após o Iluminismo e a Revolução Francesa, quando esta passa a ser vista como única, singular e inédita, portanto nunca repetida, entendemos que nestas sociedades suas influências permanecem até o início do século XX. Não se trata mais do *topos* ciceroniano *historia magistra vitae*, no qual se buscam exemplos para a ação sobre o presente, mas o passado segue inspirando e oferecendo valores que supostamente geram equilíbrio e harmonia. Referimo-nos, sobretudo, ao peso da tradição que ocupa papel fundamental de manutenção da ordem e das hierarquias diante das transformações políticas e sociais.

Assim, os intelectuais que aqui destacamos, com forte inserção no pensamento católico, seguiram buscando no passado referências para a construção do presente e do futuro, o que não os impediu de abraçar a modernidade a partir de ideias e autores que lhes ofereceram a possibilidade de aderir à razão e à ciência sem abandonar a fé e a religião. A abordagem do período aqui enfatizado – décadas de 1920-1940 –, a partir

dos tempos históricos apontados por Koselleck, permite-nos a ampliação do olhar sobre a relação entre religião e política no Brasil, pensando-a como um problema temático e teórico, mas também político e social de grande relevância para a atualidade. Afinal, na tentativa de recuperar-se na conjuntura da primeira metade do século XX, a Igreja Católica defendia seu lugar em um projeto de futuro que então era elaborado para o Brasil. Este poderia ser moderno, mas a tradição católica que, conforme entendiam os próprios positivistas, garantia coesão social, não podia ser esquecida.

Aqui, uma incursão pelo [longo] século XIX se faz necessária, pois acreditamos que muitos dos debates iniciados pela Igreja e por intelectuais católicos no século XX foram respostas aos desafios colocados neste período. Após a Revolução Francesa e com o avanço das ideias laicizantes no Ocidente, a Igreja precisou pensar sua própria inserção no contexto da chamada modernidade. Os reflexos desta conjuntura de transição marcam seu tratamento posterior em relação à política e à sociedade no Brasil. Por esta razão, precisamos considerá-la de forma mais detida e, neste contexto, é relevante observar o papel das congregações religiosas no processo reformista encampado pela Cúria romana já na primeira metade do século XIX. Neste sentido, é preciso ter em conta as dificuldades pelas quais passaram as ordens religiosas sediadas no Império uma vez que o regalismo imperial, propunha, desde a década de 1820, reduzir a influência do clero no país, chegando a proibir a entrada de noviços que houvessem professado em ordens estrangeiras a partir de 1955 décadas mais tarde (MICELI, 1988:17).

Neste aspecto, as atas do Conselho de Estado são fontes que revelam consultas episcopais originadas de todas as partes do Império, procurando direcionamento para as ações eclesiais frente a um clero diletante e diminuto, que pouco se fazia presente nas necessidades mais prementes dos fiéis. Numa tentativa de solucionar esse problema, os bispos propunham a vinda de missionários estrangeiros, o que, na visão do governo imperial, como dissemos, era uma ameaça ao seu controle sobre a Igreja nacional. Por outro lado, frente à necessidade de importação de braços europeus, principalmente a partir da Lei Eusébio de Queirós (1850), os gabinetes imperiais enfrentaram forte resistência da Igreja, uma vez que, em razão da entrada de imigrantes protestantes, oriundos de uma Alemanha em processo de unificação, o Estado imperial necessitava legislar sobre algo que, na visão da Igreja, era dogmático e sacramental, qual seja, o casamento (ATAS, 1850-1857: 181).

A respeito destas dificuldades enfrentadas pelo clero nacional, o geral da Congregação da Missão escreveu uma circular, datada de 1º de janeiro de 1846 e endereçada aos missionários de São Vicente de Paulo, espalhados pelos cinco continentes. Neste documento, o padre João Batista Étienne chamava a atenção para os percalços que a Igreja vinha sofrendo no Brasil e para a necessidade de atuar incisivamente na resolução dos problemas de evangelização (PROVÍNCIA, 1846: 2-3). Foi nesse tempo que os próprios clérigos vicentinos, marcadamente concentrados em Minas Gerais, começaram a mover esforços para trazer ao país mais religiosos oriundos, sobretudo, da França. Isto provocou, gradativamente, uma inserção qualificada da Congregação da Missão em grande parte das dioceses imperiais, incluindo a própria Corte – diocese do Rio de Janeiro. Além de padres, vieram também as Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, as quais organizaram escolas, voltadas para os filhos das elites imperiais, relativamente seduzidos, até então, pelo ensino de corte liberal e antijesuítico já oferecido por algumas instituições protestantes (MENDONÇA & VELASQUES FILHO, 2002: 70), bem como uma grande quantidade de instituições asilares, enfermarias e hospitais, em especial, quando se tratava das antigas misericórdias.

110

Os embates entre o campo político imperial e o campo religioso no Brasil são bastante sintomáticos para que possamos compreender as estratégias editoriais e pedagógicas da Igreja no século XX. Para Gizlene Neder, a origem deste processo esteve nas reformas pombalinas que, introduzidas em Portugal, no ensino jurídico coimbreense, foram apropriadas pelo campo político imperial, marcadamente formado por homens de letras jurídicas, e se refletiram na própria legislação do nascente Estado imperial nas primeiras décadas do Oitocentos. Reflexos de longa duração, percebidos ainda em nossa época. Afinal, segundo a autora, a modernização pombalina não representou um movimento radical que transformasse o *status quo*. Ao contrário, a entrada da “Ilustração” na Universidade de Coimbra representou “uma redefinição modernizante do perfil da intelectualidade luso-brasileira, do ponto de vista metodológico (...), sem, contudo, produzir efeitos de ruptura com o viés autoritário e conservador do padrão de obediência e submissão” que, mesmo tendo combatido o jesuitismo, manteve o conservadorismo clerical (NEDER, 2007: 19).

O fato é que muitos destes religiosos vicentinos entraram no Império com a permissão do governo, mas acabaram fazendo uma incisiva campanha contra as intervenções deste em seus negócios eclesiásticos, materiais ou espirituais. Os

vicentinos foram representados como os herdeiros dos jesuítas no século XIX, aqueles que defendiam a submissão do Estado à Igreja, que faziam a política do papa, em suma, que difundiam nas instituições por onde passavam o ultramontanismo, o que os envolveu em vários conflitos com o campo político liberal. Acreditamos ser possível dizer que as ideias ultramontanas que adquiriram importante espaço na segunda metade do Oitocentos no Brasil foram “vitoriosas” com a proclamação da República na medida em que não era mais exigida do campo católico a obediência em relação ao Estado. Sem o regalismo imperial, elas ampliaram sua influência sobre os intelectuais católicos que filosoficamente buscavam alternativas para se inserirem na modernidade, sem o abandono da tradição. Tanto no campo jurídico quanto no historiográfico, aqui privilegiados, os reflexos dessa “vitória ultramontana” podem ser percebidos. Aqueles se modernizaram, se “republicanizaram”, mas as ideias religiosas e o peso da tradição católica permaneceram firmes como forma de moralização da sociedade e manutenção das hierarquias e da coesão do todo social.

Na tentativa de aprofundar as reformas iniciadas no século XIX, a Igreja brasileira voltou-se para o laicato no início do século XX. Em suma, desejava o retorno dos homens aos altares. Neste sentido, foram, sobretudo, as ideias neotomistas que serviram de orientação ideológica aos intelectuais católicos que pensavam a modernidade na conjuntura aqui trabalhada. Lembramos o que diz Roberto Romano acerca da visão da Igreja sobre o Estado republicano e vice-versa. Para ele, a neutralidade religiosa do novo Estado foi interpretada pela hierarquia da Igreja como sua verdadeira libertação, já que a ingerência monárquica quase havia representado seu desaparecimento institucional. A República, portanto, foi uma possibilidade transitória de sobrevivência. Os intelectuais que simpatizavam com o ultramontanismo perceberam a possibilidade de aproximação direta com Roma e o papa. Por outro lado, os positivistas percebiam certa relevância na tradição católica, como já dissemos. Isto porque romper violentamente com “as bases populares da velha fé” seria perigoso para algo que era objetivo tanto deles quanto da Igreja: a manutenção da ordem e o controle dos dominados (ROMANO, 1979: 121).

Os positivistas queriam substituir a “velha fé” pelo progresso, a ciência, a razão, mas este processo deveria ser lento, respeitando etapas históricas, naturais e orgânicas. Eles teriam sentido “a necessidade de uma religião como fonte de unidade do social”, aspecto apontado, inclusive, por muitos seguidores de Comte no Brasil (ROMANO, 1979: 123). Romano lembra ainda que tanto católicos quanto positivistas

viam no liberalismo a origem dos males da modernidade (1979: 102-139). Os liberais se opuseram ferrenhamente a nova atuação ultramontana da Igreja, ao contrário dos positivistas, que queriam centralização e moralização, lançando as bases de uma política racional para o Brasil. O caráter calculado dessa política, segundo o autor, teria contribuído para evitar o desgaste do positivismo junto ao povo. Assim, a Igreja teve espaço para participar da vida pública, mesmo que separada do Estado e sujeita ao direito comum.

Foi aberto um espaço de concórdia e não hostilidade. Cientes do risco da oposição eclesiástica, os positivistas tentaram obter sua anuência ou neutralidade. Ao mesmo tempo, os intelectuais positivistas, a longo prazo, ganhariam tempo até o estabelecimento definitivo da soberania laica e a formação de uma nova opinião pública. Se estas relações foram úteis a ambos os lados, deve-se lembrar que, a médio prazo, estava posta a negação da Igreja, já que os ideais de ordem e hierarquia católicos surgiam no interior do positivismo desprovidos dos seus fundamentos transcendentais e com o objetivo do discurso religioso ser um dia completamente substituído pelo da razão. Com o tempo, essa união deixou de fazer sentido e se transformou em um choque crescente no qual a Igreja vai lutar pelo controle da educação e pelo ordenamento jurídico do Estado.

112

Os efeitos da modernidade eclesiástica sobre os campos jurídico e historiográfico

Foi nesta conjuntura que, filosoficamente, o ultramontanismo e o tomismo, bases para o movimento neotomista e neocristão do século XX, foram utilizados por intelectuais católicos como forma de enfrentamento da laicização, de contraposição ao positivismo e de conjugação entre fé e razão. Embate importante para o campo jurídico – que regulamenta, distribui direitos e deveres e pune –; e para o campo historiográfico – que construía naquele período uma interpretação de Brasil (a partir de uma revisão que incluía a utilização dos próprios métodos positivistas) e atuava (atua) diretamente no ensino. No campo historiográfico, em especial, o positivismo gerava desconforto em termos políticos e filosóficos, sendo englobado em alguns pontos e rechaçado em outros. Para rechaçá-lo, a fé conjugada à razão tornou-se caminho privilegiado.

Esta influência já se manifestava na virada no século, mas a partir dos anos 1920, com o avanço das ações de modernização da Igreja no Brasil e na Europa – que compunham a já citada Ação Católica, como a atuação entre o operariado, estudantes e intelectuais –, se tornou predominante entre intelectuais católicos (assumidamente católicos, militantes ou apenas indiretamente influenciados pelas ideias religiosas). Neste período, o neotomismo alimentou suas expectativas e lhes forneceu respostas sobre como agir nas sociedades laicas. Aqui conjugavam-se fé e razão, ciência e religião, tradição e modernidade. Assim, era possível ser católico de forma flexível, aproveitando o que a modernidade teria a oferecer sem perder de vista a moral cristã. Nesta conjuntura, dois intelectuais europeus passaram a informar a intelectualidade brasileira: Gilbert Chesterton e Jacques Maritain, em especial entre as décadas de 1930 e 1940.

Voltaremos a Chesterton e Maritain mais adiante. Antes é preciso desenvolver algumas observações em âmbito mais geral a respeito da circulação de livros e ideias ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Percebemos que houve um movimento de reação por parte da Igreja em que se evidenciava uma mudança no gosto literário: se no início do século XIX predominava o consumo de textos de autores e países marcados pelos movimentos revolucionários da virada do XVIII para o XIX, do final do século em diante foi fortalecida no Brasil a entrada de uma literatura filosófica marcada pela recristianização intelectual, condizente com este processo de revivificação do ultramontanismo e do tomismo do qual vimos tratando. Neste processo, o livro é um veículo de saber, política e cultura. Daí a relevância de mapear autores e obras em circulação numa dada realidade social, de forma a refletir sobre as bases teóricas e ideológicas utilizadas pelos homens a fim de problematizarem seu tempo.

Como fonte histórica, o livro nos traz muitas possibilidades, sobretudo quando trabalhamos não apenas o que era lido, mas também como era lido e quais as diferentes apropriações desenvolvidas a partir dele, segundo orienta Roger Chartier (1996 e 2004). Esta análise exige um esforço interpretativo que não será empenhado nas páginas deste artigo, mas cabe lembrar que inclui a consideração das editoras, tradutores, contexto de publicação, além, claro, dos vínculos políticos e ideológicos de quem o está lendo e citando. Aqui privilegiamos apenas o mapeamento de alguns autores mais referidos e, principalmente, destacamos aqueles que consideramos mais emblemáticos no processo de recristianização citado. Com isto, visamos apontar, a partir das pesquisas que vimos desenvolvendo nos últimos anos acerca da relação entre política e religião, da história

do direito, da história da historiografia brasileira e da história intelectual, o processo de circulação cultural e de ideias que levou à opção por determinados autores estrangeiros do campo católico. Autores que, como sugerimos, ofereceram uma alternativa católica moderna, mesmo que perpassada por valores tradicionais e conservadores, numa sociedade de formação histórica e social ibérica na qual a religião nunca perdeu seu papel.

Em um processo de circulação de ideias e apropriação cultural aqui identificado, o livro funciona como ator social fundamental, elo de ligação entre indivíduos e veículo e instrumento de poder político. Trazendo a questão para o caso brasileiro, nos remetemos ao trabalho de Tania Bessone Ferreira (1999). Para a autora, o livro era um importante instrumento de estudo para os diversos profissionais, entre os quais médicos e advogados⁶, que viviam e trabalhavam no Rio de Janeiro no século XIX, constituindo-se, além de um instrumento de circulação de saber, em pequenas fortunas que acabavam sendo arroladas nos inventários *post mortem*, dos quais serviu-se para estudo. A partir das bibliotecas de muitos deles, percebe-se como os autores do pensamento oitocentista povoavam as estantes de homens que tinham proeminência na política imperial. Além do livro, identificam-se assinaturas de jornais nos quais partes de obras e reflexões de muitos autores eram publicadas.

Que autores seriam estes? Esta pergunta torna-se relevante na medida em que muito do que se escrevia e lia no século XIX refletia um embate contra as ideias reformistas ultramontanas encampadas por Roma. Neste sentido, Tania Bessone Ferreira destaca o grande número de autores de origem francesa, além de ingleses, identificados a partir dos inventários. Para que tenhamos uma ideia, podemos citar Molière, Corneille, Chateaubriand, Montesquieu, Mirabeau, Pascal, Vitor Hugo, Alexandre Herculano, Stuart Mill, entre outros. No tocante à temática dos livros, a autora os dividiu em livros de “teologia”, “jurisprudência”, “ciências e artes”, “belas-letras” e “história”, levando ainda em consideração os “não identificados”, os “diversos” e os “periódicos”. Tomando-se o somatório de livros de todos os autores levantados a autora chega aos seguintes números: 959 eram livros de Jurisprudência, 598 de Ciências e Artes, 386 de Belas Artes, 371 de História, 44 de Teologia, 22 eram periódicos, 61 foram classificados como diversos e 69 não puderam ser identificados. Apesar da autora não trazer detalhes sobre idiomas, locais e anos de publicação,

⁶ Entre os quais estavam historiadores, já que os homens que escreviam a história vinham naquele momento de diferentes áreas de conhecimento.

observamos que poucos exemplares ligados aos estudos teológicos foram identificados, mesmo com a ressalva de que se tratavam em sua maior parte de bibliotecas especializadas nas áreas de formação de seus proprietários.

De todo modo, a pesquisa de Tania Bessone Ferreira contribui para a discussão deste artigo ao mostrar como os autores franceses eram marcadamente citados no século XIX, em oposição a uma leitura de caráter neocristão que se fortalecerá no início do século seguinte. Numa tentativa de buscar informações a respeito de quais autores seriam citados pelos juristas mineiros nos séculos XIX e XX também identificamos essa predominância francesa, embora tenhamos de lembrar que era esta a língua da diplomacia oitocentista. Seguiam-se aos franceses os escritos em alemão ou oriundos da Alemanha, porém traduzidos para o francês. Assim, também cabe destaque à proeminência da temática do direito civil nestes escritos, bem como, para o caso italiano, dos textos de direito penal (PINTO, 2013). Em pesquisas realizadas acerca do campo jurídico do Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX⁷, foi constatada claramente esta predominância de obras e autores franceses e italianos – referências obrigatórias para se pensar a criminalidade numa sociedade que se reestruturava com base em padrões burgueses europeus. Em levantamento nos principais arquivos do Rio de Janeiro⁸, então capital federal, encontramos, no que tange aos temas naquele momento predominantes no campo jurídico, 419 obras francesas e 130 italianas, em um total de 784 mapeadas. Entre os franceses, mais uma vez apareceram o iluminista Montesquieu e o romântico Victor Hugo (BARCELOS, 2011). A França, mais do que uma referência cultural e arquitetônica, foi se constituindo ao longo do Oitocentos em referência de pensamento jurídico, político e social. A situação começaria a se inverter por volta dos anos 1940, quando autores brasileiros já se tornam maioria entre as citações presentes nos textos jurídicos editados no país.

Pensar essa mudança no perfil dos acervos e no escopo das citações exige-nos aqui mais alguns exercícios. Em primeiro lugar, não apenas os autores, mas as propostas

⁷ Aqui nos referimos à dissertação de mestrado sobre o discurso jurídico em torno da pobreza urbana a partir da trajetória e atuação de Evaristo de Moraes. Na ocasião, realizamos o levantamento de leituras feitas pelo campo jurídico da época acerca de temas como prostituição, vagabundagem, sistema penitenciário, entre outros. Temas estes em geral vinculados às classes populares e fundamentais em uma sociedade que se modernizava tomando como base padrões comportamentais burgueses. Assim, consideramos neste contexto leituras de caráter positivista e determinista produzidas por criminalistas franceses e italianos, em sua maioria. A partir da década de 1920, como veremos melhor adiante, estas leituras são superadas por outras de caráter neotomista. A dissertação de mestrado em questão resultou no livro intitulado *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana. Evaristo de Moraes (1871-1939)* (2011).

⁸ Destacamos os acervos da Biblioteca Nacional e do Instituto dos Advogados Brasileiros.

também mudaram. Para o campo do direito, especificamente, verifica-se uma ideologização diferente doravante. As faculdades de direito passam a ser povoadas por órgãos que haviam sido pensados desde os anos 1910 no intuito de proceder à reforma católica no Brasil, entre os quais estariam a União dos Moços Católicos e o Centro Dom Vital. É interessante a percepção de como os jovens estudantes se reuniam em clubes literários para fazer a leitura de filósofos que eram também a base dos textos indicados pela Igreja em seus seminários, nas listas de compras de suas bibliotecas, nos círculos literários. Estes funcionavam sob a égide de leigos cujo papel principal era repensar o lugar da Igreja no âmbito da sociedade brasileira. Neste ínterim, autores como o próprio São Tomás de Aquino, Gilbert Chesterton, Henri Bergson, Hermann Keyserling, Oswald Spengler, Edmund Husserl e Bertrand Russel são recorrentemente citados (PINTO, 2013: 242). Assim, pouco a pouco aqueles autores que eram lidos e citados no século XIX foram sendo substituídos por outros marcadamente católicos no século XX, justamente no período de construção da modernidade republicana. Com isto, enfatizamos que esta modernidade trouxe em seu bojo a manutenção das ideias religiosas predominantemente católicas e, posteriormente, uma recuperação da força da Igreja Católica a partir da atuação intelectual e da circulação de ideias.

116

Gilbert Chesterton e Jacques Maritain: alternativas católicas na modernidade

Neste ponto, retomamos a referência a Chesterton e Maritain. Conforme já dissemos, ambos ofereceram uma alternativa moderna aos intelectuais católicos da primeira metade do século XX: o chamado neotomismo. O inglês Gilbert Chesterton converteu-se ao catolicismo já adulto, pelo convencimento intelectual da existência de Deus. Em seu livro *Orthodoxy*, publicado em 1908, buscou flexibilizar questões como a gula, o sexo, o prazer e a modernidade para os católicos. Assim, apresentou uma forma mais otimista de perceber o mundo moderno, pois sabia que, se não se modernizasse, a Igreja perderia seu espaço. Para ele, foi Deus quem criou o homem e o criou dotado de livre-arbítrio para escolher entre o bem e o mal, desde que a fé não fosse perdida. Conjugava ainda fé e razão, estando uma diretamente relacionada a outra; quem não tinha fé, perdia a razão. Entendia que não apenas as doutrinas espirituais, mas também as excessivamente materialistas limitavam a mente, pois destruíam os desejos humanos.

Seguindo por este caminho, Chesterton ainda fez a crítica ao evolucionismo como doutrina que limitava a inteligência do ser humano. Este pressuposto, bem como a defesa da “variedade na unidade”, tornou-se atraente para uma geração de intelectuais que pensavam a história e o direito no Brasil.

Quanto ao campo da escrita da história, ao lidar com um passado e um presente marcados pelo colonialismo, pela escravidão, pela miscigenação e pela heterogeneidade manifestada na população e nos regionalismos, o ideal de unidade conquistada em meio à variedade que se equilibra e complementa de forma harmônica era, no mínimo, bastante atraente. Afinal, tratava-se da consolidação da própria identidade nacional, ainda marcada por conflitos no período e pelos impactos causados desde a proclamação da República e a abolição da escravidão em uma identidade fortemente marcada por traços de uma sociedade monarquista e escravista. Impactos e conflitos lembrados por Angela de Castro Gomes ao analisar a inserção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na República, em especial a partir da figura de Pedro Lessa, jurista e membro do Instituto (2009: 21-52).

Muitos historiadores, católicos ou (in)diretamente influenciados pelas ideias católicas, encontraram nestas formulações uma alternativa diante do processo de secularização e das ideias evolucionistas que, muitas vezes, viam incapacidade, brutalidade e ignorância no país marcado pelo passado colonial e pela miscigenação. Sob este ponto de vista, as expectativas eram bastante negativas⁹. A influência do neotomismo pode ser percebida no próprio IHGB, católico, monarquista e patrocinado pelo Imperador Dom Pedro II, que, por isto mesmo, enfrentou diversos obstáculos após os acontecimentos de 1889, como ressalta Lúcia Guimarães (2007). Lembramos que os principais responsáveis por sua recuperação, Max Fleiuss, Afonso Celso de Assis Figueiredo e Benjamin Franklin de Ramiz Galvão – que compunham o que Lucia Maria Paschoal Guimarães chama “a trindade do Silogeu” (2007: 59) – tinham fortes vínculos católicos e pensavam a história a partir deste prisma, percebendo-a ainda como marcada pela providência divina. Em especial Afonso Celso, subordinando a ciência a fé católica e destacando temas como a ação jesuítica no Brasil¹⁰.

⁹ No livro de Angela de Casto Gomes citado no parágrafo anterior (2009), ela aponta a força desta ideia em Buckle, positivista, marcado pelo determinismo geográfico, bastante citado pelo campo intelectual brasileiro da passagem do século XIX para o XX. Entres estes intelectuais, vinculados aos campos jurídico e historiográfico, mesmo que buscando questionar suas teses, destacam-se Pedro Lessa e Silvio Romero.

¹⁰ Sobre as opções metodológicas, políticas e ideológicas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na primeira metade do século XX, ver: BARCELOS, 2011. Destaque é conferido as suas relações no âmbito

O positivismo que, de forma ambígua, lhes servia metodologicamente, em termos de pesquisa empírica e de escrita de uma história linear, política e administrativa, ideologicamente trazia problemas que poderiam ser combatidos por meio de influências como as de Chesterton. Assim, dizemos que da proclamação da República até a década de 1910 o positivismo foi predominante na escrita da história, mas, da década de 1920 a de 1940, o neotomismo encontrou campo favorável e influenciou o olhar que estes homens direcionavam ao passado. Neste período, encontramos no catálogo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro vinte obras de Chesterton em idioma original ou traduzidas para o francês e o português. São elas: *Supervivant* (1915)¹¹; *La sphère et la croix* (1921); *Saint François d'Assise* (1925); *La nouvelle Jérusalem* (1926); *L'homme éternel* (1927); *Dickens* (1927); *Hérétiques* (1930); *St. Thomas Aquinas* (1933); *A volta de D. Quixote* (1934); *O homem eterno* (1934); *La sagesse de Père Brown* (1936); *Chaucer* (1937); *El poeta y los lunáticos* (1941); *São Francisco de Assis* (1942); *A barbaria de Berlim* (1946); *A incredulidade do Padre Brown* (1946); *São Francisco de Assis* (1946); *A sabedoria do Padre Brown* (1946); *Stories, essays and poems* (1948); *Orthodoxy* (1949).

118

Jacques Maritain, por sua vez, já nos anos 1930 e 1940, foi responsável por fornecer o programa da neocristandade através do seu livro *Humanismo Integral: Uma visão nova da ordem cristã*, inspirando, assim, a Ação Católica – como vimos, desenvolvida na Europa nos anos 1920 e fortalecida no Brasil na década de 1930. O intelectual francês, segundo Alceu Amoroso Lima, citado por Antonio Paim, foi “o mestre que nossas gerações receberam como um libertador da consciência religiosa” (LIMA apud PAIM, 1974: 391). Em seu projeto de neocristandade, a ideia de unidade na diversidade ganhou força. A diferenças seriam admitidas desde que inseridas numa construção cristã da realidade. Na conjuntura que analisamos de conflito entre tradição e modernidade, a noção de pluralidade na unidade ou, de acordo com o título de seu principal livro, de “distinguir para unir”, tornava-se cada vez mais apropriada.

Em *Distinguir para unir* (1932), Maritain mostra sua preocupação em conjugar fé e razão na modernidade, sem apagar a figura divina e seu papel na formação da realidade humana. A ciência seria incapaz de responder, por meio da razão e de cálculos exatos, às questões relacionadas ao espírito. Refletindo sobre o embate entre tradição e

ibero-americano, em especial com a Junta de História e Numismática Americana / Academia Nacional de História Argentina.

¹¹ Esta é a única obra de Chesterton publicada na década de 1910 no Brasil. Como é possível perceber nesta listagem e afirmamos no texto, sua inserção foi muito maior nas décadas seguintes.

modernidade, ciência e religião, Maritain pretendeu desenvolver uma filosofia que satisfizesse os espíritos e, mais ainda, que respondesse àquela realidade de conflito entre estes valores distintos. Ao inserir valores tradicionais na modernidade, ele foi lido e apropriado no Brasil, oferecendo aos intelectuais, inclusive dos campos do direito e da história, respostas que satisfizessem suas necessidades explicativas, sem abandonar a fé cristã católica.

Encontramos no catálogo da Biblioteca Nacional, seis potentes obras de Maritain na década de 1940: *De la philosophie chrétienne* (1945); *Religion et culture* (1945); *Humanismo Integral, uma visão nova da ordem cristã* (1945); *Le docteur angélique* (1945); *Os direitos do homem e da lei natural* (1947); *Rumos da educação* (1947). Nesta conjuntura, o positivismo, já em descrédito, fora, portanto, superado, embora não completamente substituído por um pensamento filosófico religioso que informou uma geração de intelectuais católicos ou (in)diretamente influenciados pelo catolicismo após as transformações características da formação da sociedade burguesa liberal republicana na passagem do século XIX para o XX no Brasil. Voltamos a destacar as características ibéricas da sociedade brasileira que levaram à mescla entre cultura religiosa e cultura política e que tornaram esta visão de modernidade católica fortemente aceitável para uma ampla esfera intelectual.

Considerações finais: tradição e modernidade, rupturas e continuidades

Acreditamos que as novas experiências trazidas pela modernidade, que puseram à prova antigas crenças e levaram à reestruturação da própria Igreja, geravam também novas expectativas de futuro. Nelas pensava-se a reconstrução de um Brasil católico, mesmo após a onda de ideias laicizantes. Afinal, como bem vimos, a tradição católica conferiria coesão e estabilidade a uma sociedade heterogênea e recortada por conflitos. Para Koselleck, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas de pessoas que atuam ou que sofrem” (KOSELLECK, 2006: 306). Falamos aqui de intelectuais do direito e da história com influências na formulação do presente e do futuro, por meio de concepções teóricas com consequências diretas na realidade social. Sem dúvida, eles trouxeram em si expectativas em torno de um projeto católico de Brasil que brecava os avanços laicos pós-revolucionários da passagem do século XVIII para o XIX. A formação ibérica, marcada pelas reformas pombalinas na

Universidade de Coimbra, que conjugaram ideias iluministas às concepções da Segunda Escolástica ali dominantes desde o século XVI e teve forte influência sobre a intelectualidade brasileira lá formada, trouxe características particulares ao processo de apropriação cultural no Brasil. Neste, o esforço predominante é de conjugação de polos aparentemente opostos, com muitas continuidades.

As novas soluções buscadas erigiam-se a partir do velho, do tradicional. O passado era revivificado na construção do moderno. Ao analisar a reação e/ou inserção de intelectuais europeus de diferentes campos na realidade burguesa industrial do século XIX, Carl Schorske defende que o novo, muitas vezes, é construído a partir do velho (2000). Nestes períodos de transformação política e social, além das mudanças, é preciso pensar também as continuidades que fortalecem a tradição e, em alguns momentos, trazem à tona um passado supostamente esquecido. Nestes casos, a elaboração do moderno passa por uma releitura do passado. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o arcaísmo inglês por ele trabalhado em um dos seus ensaios. Os arcaístas Coleridge, Pugin e Disraeli, “tinham objetivos modernos enquanto pensavam com a história medieval para redimir a Inglaterra” (SCHORSKE, 2000: 107). Acreditamos que esta ideia pode ser apropriada para a compreensão da transição à modernidade no Brasil.

Para finalizar, voltamos ao que diz Koselleck: “(...) é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico” (2006: 313). No Brasil, este tempo relaciona diretamente as expectativas presentes ao olhar sobre o passado que continua oferecendo exemplos, ou ao menos inspiração, para as novas gerações. Os impasses trazidos pela República positivista foram superados pelo reforço do cristianismo e pela recuperação do catolicismo a partir dos anos 1920. Os resultados destes esforços intelectuais podem ser percebidos ainda no início do século XXI, sobretudo nas questões referentes aos direitos de família e reprodutivos, à condição feminina e à relação entre crime/pecado, punição/penitência. Protestante, neopentecostal ou católica, a identidade brasileira é religiosa e, no embate político e ideológico, é esta cultura que, ao apagar as religiões afro-brasileiras e interferir na educação, na assistência social e nas decisões legais, tem alcançado forte projeção no cenário político atual.

Fontes

ATAS do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado (1850-1857). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS4-Terceiro_Conselho_de_Estado_1850-1857.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2014.

PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DA MISSÃO (1846). Cartas. Paris, 01 jan.

Jornal do Commercio, 11/05/1872.

Referências Bibliográficas

- BARCELOS, Ana Paula (2011). *Diálogos sobre a escrita da história: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Brasília: FUNAG.
- _____. (2011). *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana. Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- CHARTIER, Roger (2004). *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP.
- _____. (Org.) (1996). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.
- FERREIRA, Tania Maria Bessone (1999). *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- GARRONE (Mons.) (1960). *A Ação Católica*. Sei e Creio. Enciclopédia do católico no século XX. Nona Parte: Problemas do mundo e da Igreja. São Paulo: Livraria e Editora Flamboyant.
- GINZBURG, Carlo (2004). *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Cia das Letras.
- GOMES, Angela de Castro (2009). *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (2007). *Da escola palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República.
- KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio.
- MAINWARING, Scott (2004). *Igreja Católica e política no Brasil. 1916-1985*. Trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa & VELASQUES FILHO, Prócoro (2002). *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola/Programa Ecumênico de Pós-graduação em Ciências da Religião.
- MICELI, Sergio (1988). *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- NEDER, Gizlene (2007). *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro*. Obediência e submissão. 2 ed.. Rio de Janeiro: Revan.
- PAIM, Antonio (1974). *História das idéias filosóficas no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Grijalbo.
- PINHEIRO, Alceste (2011). O ventre livre em um jornal católico do século XIX. Anais do III Encontro Nacional do GT História das religiões e das religiosidades – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá/PR, v. III, n.

9, jan. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

PINTO, Jefferson de Almeida (2013). *Ideias jurídico-penais e cultura religiosa em Minas Gerais na passagem à modernidade (1890-1955)*. Rio de Janeiro: Multifoco.

ROMANO, Roberto (1979). *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós.

SCHORSKE, Carl (2000). *Pensando com a História – indagações na passagem para o Modernismo*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de (2002). *Círculos operários católicos: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Artigo recebido em 30 de outubro de 2014.

Aprovado em 20 de dezembro de 2014.